

SP: menos mordomias, muitos protestos.

Depois de um mês de recesso, a Assembléia Legislativa paulista retomou ontem os trabalhos sob o impacto das medidas baixadas pelo presidente da Casa, deputado Carlos Apolinário (PMDB). Ele determinou o corte de alguns serviços até agora utilizados pelos deputados, que representarão uma economia anual de US\$ 1 milhão (Cr\$ 337 milhões pelo câmbio oficial). O mais exaltado foi o deputado Toninho da Pamonha (PFL), que prometeu ingressar com mandado de segurança para

reaver seus direitos. Em seguida, chamou Apolinário de "irresponsável e moleque". E foi retirado do plenário por outros dois parlamentares. "Eles gritam, mas depois sossegam", reagiu o presidente, prometendo não recuar.

As medidas baixadas anteciparam pelo presidente da Assembléia reduzem de cinco mil para mil a cota de correspondência e material para xerox. Cada um dos 94 deputados também perdeu o direito de imprimir os 9 mil folhetos que tinha direito e o "cartão de in-

gresso", que era distribuído aos seus eleitores. O deputado Mauro Bragato (PMDB) defendeu uma reavaliação na redução das cartas. "Se a cota de cinco mil cartas é considerada alta, reduzir para mil é muito pouco", avaliou Bragato.

Já o deputado Getúlio Hanashiro (PSDB) foi contrário ao fim da impressão de folhetos. "Eles são necessários porque como o voto não é distrital é uma forma de o parlamentar manter uma relação mais direta com o eleitor", diz. O líder do PT, João Cunha,

criticou o cerceamento dos "instrumentos de comunicação" dos deputados.

Cauteloso em relação às medidas, o líder do PMDB e do governo, Arnaldo Jardim, afirmou estar preocupado em votar, com a urgência, o novo Regimento Interno. Os deputados também devem votar neste segundo semestre os pareceres do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas dos ex-governadores Paulo Egídio Martins, Paulo Maluf, Franco Montoro e Orestes Quércia.